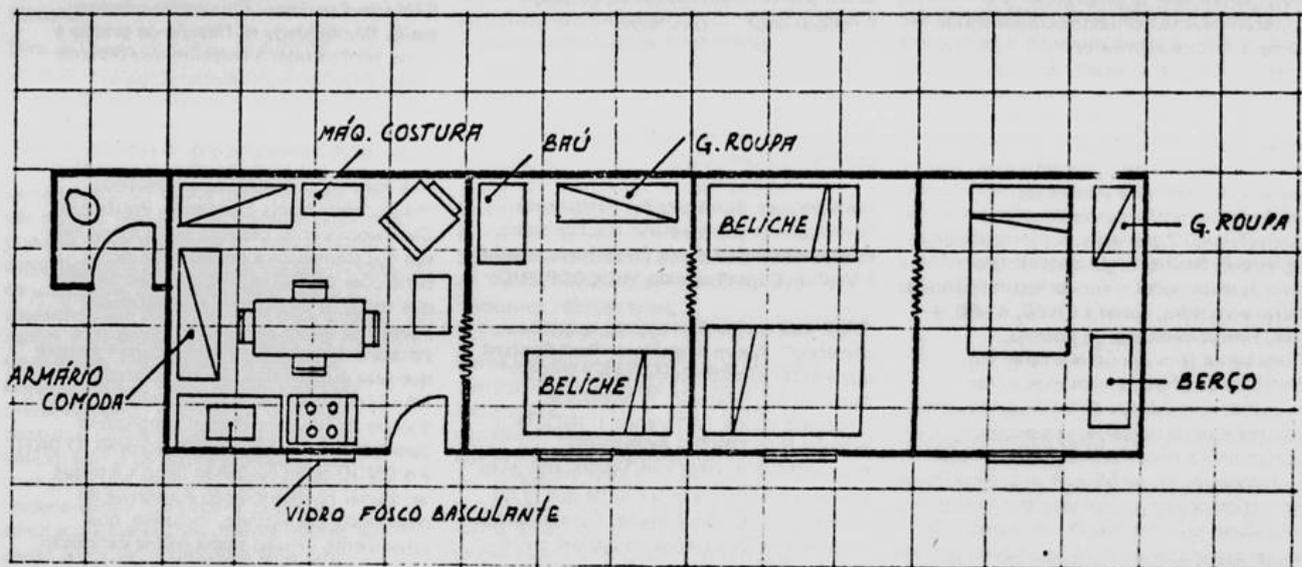


# Os equipamentos da casa popular

Ermínia Maricato



Av. Presidente Médici, 2157 — Jardim D'Ávila, São Paulo  
Casa.....própria  
Área da casa.....51 m<sup>2</sup>  
Número de moradores...8  
Rendimentos.....5,3 SM

O interior da casa popular revela, aos olhos de quem o analisa, as contradições da vida doméstica, do universo ideológico, do padrão de consumo, enfim do proletariado.

Mas não é essa especificidade que ele reflete mais claramente. Ao contrário, o que se destaca é principalmente o que é mais genérico: o padrão de consumo criado pelo tipo de crescimento industrial adotado pelo

capitalismo brasileiro a partir dos anos 50, que se combina contraditoriamente a uma situação de baixo poder aquisitivo e de precariedade das condições de vida das massas trabalhadoras.

O contraste entre o edifício e a casa, freqüentemente inacabados, com soluções improvisadas, e os aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, é notável. Ele se expressa nas formas dos televisores, das geladeiras, dos

liquidificadores, nas cores, no design dos objetos ("modernos" para o nosso contexto cultural) que tem como pano de fundo uma parede mal erguida, de tijolo, que espera muito tempo pelo acabamento, ou então a parede de tábuas cuja pintura tenta disfarçar a precariedade dos milhares de barracos no Brasil, que possuem esses equipamentos. A fórmula, colorida dos móveis de cozinha, o laqueado e o acabamento dos eletrodomésticos, a

pintura, frisos, vedação, etc, dão referências de um universo distinto daquele da habitação construída artesanalmente, de forma bastante atrasada, e com esses recursos escassos (1). A organização e a tecnologia necessários à produção dos eletrodomésticos, a "racionalização" e a simbologia contidos em sua imagem são informações que "gritam" no ambiente improvisado, entulhado, insuficiente e inadequado para o número de pessoas e de objetos que ali convivem.

Ao invés de um ambiente, talvez esperado por alguns, que tentam a marca da autenticidade popular, que reflita nos objetos soluções pessoais, o que constatamos nos levantamentos que fizemos a cerca dos equipamentos da casa proletária é que não há auto-construção de móveis de forma significativa e que o repasse de móveis ou aparelhos usados não é tão freqüente já que a grande maioria é nova, adquirida em grandes lojas, pelo sistema de prestações mensais (não estenderíamos essas afirmações por cautela, para casos de favelas e invasões (2).

#### NOVO PADRÃO DE CONSUMO POPULAR

A comparação entre levantamentos efetuados no decorrer das décadas de 50, 60 e 70 (inclusive IBGE) sugere a história de que o modelo industrial iniciado nos anos 50, acompanhado de acentuado êxodo rural, promoveu uma mudança nos padrões de consumo da população trabalhadora. Se antes dos anos 60 a casa era alvo central para aplicação das "economias", depois dessa época verificamos que as "economias" se dividem entre o embrião da futura casa e as prestações dos aparelhos domésticos e também dos móveis. Os primeiros cômodos, bastante congestionados, são "equipados", antes mesmo de sua ampliação ou acabamento, tarefa que se arrasta por anos. Podemos dizer que os novos equipamentos são introduzidos em detrimento da qualidade da moradia, entre outros fatores. (3)

De fato, o consumo dos produtos industrializados não significa uma melhora nas condições de vida, porque ele se dá justamente com a queda da renda familiar, em que pese a incorporação de novos membros da família proletária, à força de trabalho ativa. Constatamos que além do terreno, do material de construção, dos móveis e dos aparelhos domésticos, são também adquiridos através de prestações mensais até mesmo os objetos de uso pessoal como roupas e sapatos, o que revela o baixo poder aquisitivo. Sem o recurso do financiamento não haveria possibilidade de se implantar essa mudança no padrão de consumo.

Um levantamento domiciliar efetuado no município de Osasco (ver nota 2) revelou que na época, em 1975, apenas 63% das casas tinham chuveiro elétrico enquanto 73,3% tinham liquidificador, 77,8% geladeira e 87,8% televisor. Esse é um dado importante a cerca da higiene pois o clima da região Metropolitana de São Paulo não permite dispensar o banho aquecido na maior parte do ano (esse dado combina também com a ausência de água corrente em grande parte dos domicílios).

As salas apresentam-se como o local mais organizado e "arrumado" das casas levantadas, já que aí são recebidas as visitas. Isso representa algum esforço já que grande parte delas é utilizada como dormitório à noite. Para essa função contribui o sofá-cama, presente em 59,9% das casas. Pela leitura das plantas com localização dos móveis, pudemos observar ainda que freqüentemente o número de pessoas é maior que o número comportado pelas camas.

Talvez a conclusão mais importante que podemos tirar desse universo contrastante e anárquico que é o interior da casa popular num país capitalista periférico, é que ele não é fruto da intervenção livre do morador. Existe um padrão de consumo, calcado na produção industrial que atinge até mesmo o proletário rural. (4)

Mas longe de ser homogêneo moderno, esse padrão combina produtos industrializados "modernos" (principalmente automóvel, vitrola e enceradeira, além dos já citados) com a auto-construção da casa, com a extrema precariedade de infraestrutura e equipamentos urbanos, e freqüentemente com a subnutrição. Não é o caso de estranhar, (como quer a crítica burguesa) que a habitação popular urbana das cidades brasileiras contenham esses aparelhos, hoje necessários à sobrevivência física e cultural. Ao contrário, deveria conter outros mais como as máquinas de lavar e secar, que facilitam as tarefas das mulheres, principalmente àquelas que trabalham fora de casa. O que importa é chamar atenção para o alcance da influência que tem a indústria oligopólica, produtora de bens duráveis. Esse setor industrial, fruto da necessidade de expansão das empresas capitalistas internacionais, constituíram-se em bloco privilegiado da economia brasileira até poucos anos atrás. Mas não é só na política econômica que se evidencia o poder dessas empresas, carros chefes do capitalismo brasileiro no período 50/70. As transformações culturais pelas quais passou o país, nesse período, das quais elas foram agentes fundamentais, vão desde a modificação do design das nossas cidades, que se adaptaram ao automóvel, até aspectos do comportamento social através de padrões de consumo pessoal e doméstico.

#### AS DETERMINAÇÕES DESSE CONSUMO

Mesmo considerando que vivemos em uma época em que "os objetos distinguem seu possuidor" (Baudrillard) não acreditamos que o consumo proletário de bens seja predominantemente simbólico, e nem possa ser considerado supérfluo.

A leitura da casa popular revela um certo despojamento, diferente do excesso de objetos com excesso de mensagens da casa burguesa. É evidente que os bens "modernos" devem ter um significado que vai além

do seu uso estrito. Nos arranjos dos objetos na casa eles têm sempre lugar de destaque. Mas a determinação do consumo não se dá, ao nosso ver, devido predominantemente a esse caráter simbólico.

A explicação do consumo está antes na esfera da produção do que na própria esfera do consumo. Até mesmo os indefectíveis conjuntos de móveis (terno de sofá, mesa, cadeira e armários revestidos de fórmica na cozinha e "jogo" de quarto) observáveis na maioria das casas, não permitem escolhas ou combinações. Não é preciso que a indústria seja multinacional para determinar o padrão de consumo, mas é evidente que as empresas tem mais condições de *criar necessidades*, ou seja, criar novos padrões de consumo (ou "administrar a demanda") já que conta com instrumentos poderosos como a publicidade e a distribuição ampla e eficaz, além de contar também com o Estado como poderoso e fundamental aliado. Todo o território do país, até atingir o ambiente doméstico, vai se moldando à essa estrutura produtiva, a ponto de tornar certos produtos de consumo, indispensáveis.

#### ALTERNATIVAS DE PROJETO OU DE DESENHO INDUSTRIAL

As perguntas que surgem naturalmente, para quem trabalha com desenho industrial, dizem respeito às alternativas diante dessa situação.

Se é discutível julgar o ambiente da casa popular, (cores, arranjos, etc) pois poderemos fazê-lo a partir de critérios classistas, restam ainda os critérios objetivos da higiene, de conforto térmico, de área mínima e equipamento suficiente para certo número de pessoas cumprirem atividades próprias da vida doméstica familiar: descanso, estudo, circulação, higiene, lazer, limpeza, cozimento de alimentos, etc.

O não suprimento de necessidades primárias que afetam diretamente a saúde e a higiene, convivendo com a posse de bens eletrodomésticos, a inadequação dos objetos em relação ao

espaço de casa ou a inadequação da própria casa ao mínimo que dela se exige, são questões que dizem respeito diretamente à política de arquitetura e de desenho industrial. Resolvê-las, entretanto, não é tarefa simples e nem depende principalmente da atividade de projeto.

No reino da mercadoria, não se produz visando as necessidades sociais e menos ainda visando a liberdade e a criatividade. Toda a ideologia da produção capitalista de bens de consumo atua no sentido de escravizar o consumidor. Nos países capitalistas periféricos, esses aspectos se acentuam e assumem características absurdas, como já mencionamos. A tecnologia incorporada ao processo de produção de bens duráveis, não é aproveitada em outros setores industriais (mobiliário, construção, etc.). Esses contrastes, que nos países capitalistas de industrialização tardia se acentuam, são um dado estrutural.

Nessas condições o desenho industrial (quando existe) é muito mais um desenho para a produção do que para o consumidor. Não há como negar isso na relação isolada do trabalho profissional submetido a determinadas relações de trabalho. O universo da casa popular entretanto, merece maior atenção do que mereceu até hoje por parte dos designers, enquanto categoria participante do processo político cultural, porque diz respeito às condições de vida da nossa população. E só a partir de uma análise bem conduzida acerca do assunto, poderíamos completar um programa de política de desenho industrial ou da política de produção de bens de consumo, desejável para o país.

Essa ainda é a única forma de reunir dados seguros que orientassem a execução de projetos adequados, pois não é apenas nas grandes linhas da economia política que interessa ao projetista atuar. Queremos que o debate político abranja também a atividade do projeto.

Para finalizar essas idéias provocando a reflexão sobre uma questão prática

de projeto, vamos buscar o exemplo do mobiliário popular.

Constatamos que além da ausência de equipamentos e instalações necessárias, a casa popular apresenta um descompasso entre o pequeno espaço interno e o conjunto do mobiliário, principalmente cozinha e quartos. As peças, através de suas dimensões e formas, entulham o espaço, comprometendo o uso e a circulação.

Diante disso, pergunta-se acerca das possibilidades de desenvolvimento de móveis que apresentassem condições de flexibilidade quanto ao uso, adaptando-se ao pouco espaço disponível. O sofá-cama, tão utilizado, é o melhor exemplo do móvel com essas características.

Formulando a dúvida de outra forma: haverá um mobiliário adequado para esse espaço, sem que com isso estejamos legitimando ou até acentuando o congestionamento e a precariedade?

Entre tantas dúvidas temos uma certeza: que a análise do interior da casa popular nos deu o absurdo que é projetar a habitação sem levar em conta a adequação do seu equipamento e vice-versa.

(1) Os inúmeros estudos já publicados acerca da habitação popular no Brasil nos autorizam a fazer essa generalização. Citamos particularmente a coletânea que organizamos e que foi publicada em 1979. Ed. Alpha Omega.

(2) As afirmações acerca do equipamento da casa popular se baseiam em vários levantamentos, o mais detalhado dos quais se refere à uma pesquisa feita em 1975 em 220 domicílios do município de Osasco na região metropolitana de São Paulo. Trabalhamos no levantamento a turma de alunos formada em 1978 pela FAUUSP e os professores Telmo Pamplona, Percival Brosig e Ermínia Maricato.

(3) Comparar levantamentos efetuados por Carlos Lemos e M. Ruth A. Sampaio na periferia de São Paulo em bairros mais antigos e mais recentes, (biblioteca FAUUSP) além de dados do Dieese ("Família Assalariada: padrão e custo de vida", 1974). Ver também "O interior da casa proletária/Ambiente urbano industrial", dissertação de mestrado de Telmo Pamplona, FAUUSP, 81.

(4) Ver artigo J.B. Wells, revista Estudos Cebra p. nº 17.